



**Asamblea Parlamentaria Euro-Latinoamericana
Euro-Latin American Parliamentary Assembly
Assemblée Parlementaire Euro-Latino-Américaine
Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana
Parlamentarische Versammlung Europa-Lateinamerika**

**COMUNICADO DA COPRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA
PARLAMENTAR EURO-LATINO-AMERICANA (EUROLAT) SOBRE
A SUA PARTICIPAÇÃO NA III CIMEIRA UNIÃO EUROPEIA (UE) -
COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E DAS
CARAÍBAS (CELAC)**

17 DE JULHO DE 2023

Por ocasião da sua participação na III Cimeira União Europeia (UE) - Comunidade de Estados Latino-Americanos e das Caraíbas (CELAC), que se realiza em Bruxelas, em 17 e 18 de julho de 2023, os copresidentes da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat), Javi López e Óscar Darío Pérez, tecem as seguintes considerações:

Congratulamo-nos com a realização, volvidos oito anos, da Cimeira III UE-CELAC, com uma forte participação dos Chefes de Estado e de Governo, o que demonstra o grande empenho de ambas as regiões em reforçar profundamente as relações bilaterais.

Reiteramos a importância de realizar regularmente Cimeiras UE-CELAC de Chefes de Estado e de Governo, a fim de reforçar a Parceria Estratégica Birregional sobre temas e prioridades comuns que permitam melhorar a vida dos cidadãos.

Assim, acolhemos favoravelmente o acordo no sentido de realizar cimeiras de dois em dois anos, devendo a próxima cimeira ter lugar na região da CELAC em 2025, bem como o estabelecimento de um mecanismo de coordenação permanente entre a UE e a CELAC, a fim de assegurar a continuidade e o seguimento entre reuniões.

Reafirmamos o nosso apoio aos vários processos de integração regional na América Latina e na Europa – a saber, o Acordo de Associação entre a União Europeia e a América Central, os Acordos de Associação com o México e o Chile e o Acordo de Associação entre a UE e o Mercosul –, que são as pedras angulares da Parceria Estratégica Birregional.

Sublinhamos a importância de revitalizar um multilateralismo assente em regras, que promova os valores e os princípios universais, de modo a garantir a paz e a segurança internacionais, bem como o respeito pela soberania e pela integridade territorial das nações, e a evitar o recurso a ameaças ou ao uso da força contra um Estado, ou qualquer outro ato incompatível com os objetivos das Nações Unidas, assim como a importância de assegurar o pleno respeito do direito internacional.

Reiteramos o nosso compromisso inabalável em prol do multilateralismo, da paz, do diálogo e da cooperação para fazer face aos grandes desafios globais na cena internacional. Rejeitamos veementemente toda e qualquer ação contrária à soberania nacional dos Estados, à sua integridade territorial e ao capítulo II da Carta das Nações Unidas, designadamente ações que envolvam o uso da violência ou da força, em particular contra a população civil.

Apelamos ao cumprimento estrito do direito internacional e ao respeito das resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas. Solicitamos à comunidade internacional que reforce a cooperação, o diálogo e a procura de uma paz e segurança comuns.

Reafirmamos a nossa solidariedade com o povo ucraniano, na sequência da agressão injustificada, ilegal e não provocada por parte da Federação da Rússia, e apoiamos a independência, a soberania e a integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras reconhecidas internacionalmente, mais de um ano após o início dessa agressão.

Salientamos que as recentes crises alimentar, sanitária, migratória, energética e da inflação vieram exacerbar os problemas da pobreza e da pobreza extrema, dificultaram o desenvolvimento económico e social sustentável a longo prazo e criaram maiores desigualdades.

Devemos intensificar os esforços envidados pelos governos para recuperarmos destas crises, de forma a conseguirmos criar as condições necessárias para uma transição social ecológica e digital que seja justa e inclusiva e que torne as sociedades mais sustentáveis e equitativas.

Apoiamos as iniciativas das Nações Unidas em matéria de reestruturação da dívida, a fim de atenuar as dificuldades sociais provocadas pelo reembolso da dívida, que, como resultado das crises recentes, causa problemas graves de pagamento por parte de alguns países, com efeitos devastadores para a sua população. Estas iniciativas poderiam incluir estratégias de anulação, perdão, troca e reestruturação da dívida, na condição de esses recursos serem investidos em políticas a favor da educação, da saúde, da reativação da produção, da coesão social, da conservação do ambiente e do reforço do tecido empresarial, entre outras.

Instamos os governos dos países da região da UE-CELAC a agirem rapidamente e a tomarem medidas concretas a curto, médio e longo prazo para combater as alterações climáticas, a poluição, a degradação ambiental e a perda de biodiversidade que afetam o planeta.

Solicitamos aos governos dos países da região da UE-CELAC que promovam a criação de um mecanismo de financiamento específico no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) para fazer face às perdas e danos imediatos e não adaptáveis decorrentes do aumento da temperatura média mundial.